



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

# BRASIL: UM PAÍS CHAMADO FOME

Em 2021, Brasil bateu recordes de resgate de pessoas em situação de trabalho degradante

Pág. 8 e 9

Estudos apontam que, por ano, cerca de 40 mil brasileiras e brasileiros são vítimas de violência causada por arma de fogo

Pág. 11

# Que país é esse? Organizar e intensificar nossas lutas é urgente

**O** Informandes do mês de fevereiro nos convoca à reflexão sobre as contradições mais profundas de um país forjado na exploração colonial e escravagista e que se sustenta até hoje na precarização das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, em especial do povo preto. Tratamos do desemprego, da informalidade, das condições de trabalho análogas à escravidão, do aumento da violência por armas de fogo, da brutalidade do assassinato do imigrante congolês Moïse Kabagambe. E nos perguntamos: Que país é esse?

Um país que tem tratado as servidoras e servidores públicos como inimigos, avançando no desmonte dos serviços para a população que mais tem necessidade, com cortes orçamentários brutais no INSS, ausência de concursos públicos e não contratação de pessoal, o que tem impedido um atendimento de qualidade para a população.

O Brasil, hoje, possui 12,4 milhões de pessoas desempregadas e mais 4,9 milhões de desalentadas, o que vulnerabiliza ainda mais a vida de trabalhadores e trabalhadoras e tem levado o país a um novo e alarmante patamar da fome. Como se tudo isso não

bastasse, também são assustadores os dados sobre o do porte de armas de fogo e, com isso, o aumento da violência, e é a população negra a mais atingida, novamente.

Ainda, em 2021, foram registradas 1.937 pessoas trabalhando em situação análoga à escravidão. Das pessoas resgatadas, 47% eram nordestinos ou nordestinas e 80% autodeclarados negros ou negras. Ou seja, a precarização das condições de vida e de trabalho levam as pessoas ao processo de migração e aceitação de qualquer tipo de situação laboral em locais em que grandes latifúndios ou empresários oferecem trabalho em troca de alimentação e moradia, muitas vezes precária e com péssimas condições de higiene.

É neste país com tantas contradições que o jovem imigrante congolês Moïse Kabagambe decidiu viver. No entanto, aqui nessa 'terra mãe gentil' ele também foi vítima de um brutal assassinato, ao cobrar o pagamento de duas diárias de trabalho. Podemos ver neste caso a expressão nítida de toda as contradições estruturantes da nossa realidade: a precarização das condições de trabalho e de vida, a xenofobia, o racismo estrutural do capitalismo brasileiro e a banalização da violência.

Por tudo disso, não é tempo e não há tempo de nos calarmos. Ao contrário, é tempo de fortalecermos nossa indignação e a transformarmos em organização e luta. E o ANDES-SN tem o compromisso de analisar a realidade concreta brasileira e se preparar para intervir nela. Fará isso em seu 40º congresso que acontecerá, depois de dois anos, de forma presencial, em Porto Alegre entre os dias 27 e 31 de março, culminando no dia 01 de abril com um ato público em defesa das liberdades democráticas.

Antes disso, assumimos o compromisso junto ao Fonasefe e ao Fonacate de construir a greve unificada dos Servidores Públicos Federais, exigindo do governo a recomposição salarial, a revogação do teto dos gastos e o arquivamento da PEC 32. Estamos neste processo de construção da greve e acreditamos que somente a unidade de ação com o conjunto dos servidores e servidoras, com a intenção de defendermos os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, é capaz de nos permitir uma mudança dessa dura realidade brasileira.

Nossas tarefas: organizar nossas lutas; avançar na construção de unidade; lutar pelo fim da sociabilidade estruturada na exploração e nas opressões do povo trabalhador.



## EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br) // E-mail: [imprensa@andes.org.br](mailto:imprensa@andes.org.br)

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli e Luís Andrade

Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

# ANDES-SN e seções sindicais se preparam para o 40º Congresso



**27.3 a 01.4/2022**  
**PORTO ALEGRE / RS**



**N**o próximo mês, o ANDES-SN irá realizar seu 40º Congresso. O evento, com tema central “A vida acima dos lucros: ANDES-SN 40 anos de luta!”, será o primeiro encontro deliberativo da entidade a acontecer em formato presencial desde o início da pandemia de Covid-19, que já vitimou mais de 628 mil brasileiras e brasileiros.

“Depois de dois anos de pandemia, que ainda está em curso, será nosso primeiro congresso presencial numa conjuntura cada vez mais adversa, mas também com muita resistência e luta. Os debates em torno da conjuntura e Plano de Lutas vão nos preparar para aprofundar nossa mobilização em 2022. O ano de 2021 foi importantíssimo para nossa organização. A luta unitária contra a PEC 32 impôs recuo ao governo e esse acúmulo é fundamental para a greve dos SPF [servidores públicos federais] em março. Portanto, será um Congresso em luta”, explicou Regina Ávila, secretária-geral do Sindicato Nacional.

A diretora do Sindicato Nacional lembra ainda que, para além de deliberar sobre os planos de lutas da categoria, o 40º Congresso terá como tarefa discutir o

processo eleitoral que definirá a próxima diretoria da entidade. “Projetamos, entre delegadas, delegados, observadores, observadoras, convidados e convidadas, a presença de 700 pessoas”, acrescentou.

A atividade acontecerá entre os dias 27 de março a 1º de abril, na cidade de Porto Alegre (RS). Até o dia 31 de março ocorrerão as plenárias e grupos mistos e, no último dia, está previsto um grande ato de rua, organizado por movimentos sindicais e sociais. O 40º Congresso será sediado pela Seção Sindical do ANDES-SN na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ANDES/UFRGS - SSind.), que está organizando o encontro com apoio de uma comissão indicada pela Diretoria Nacional.

Magali Mendes de Menezes, presidenta da ANDES/UFRGS - SSind., que integra a comissão local, destacou a alegria e a importância em levar o congresso do Sindicato Nacional para a UFRGS, uma universidade que está sob intervenção, e também para Porto Alegre, capital que é palco de lutas de diversos setores da Educação.

“A possibilidade de organização desse Congresso aqui é potencializadora e

fortalece todas as nossas lutas. É muito forte, do ponto de vista político, emocional, afetivo podermos receber as nossas companheiras e nossos companheiros, das diferentes seções sindicais aqui em nossa universidade, para que possamos debater nesses cinco dias, trazendo questões que são necessárias para fazermos o enfrentamento à essa conjuntura tão perversa de ataques à classe trabalhadora, em geral, e à educação pública, em específico”, comentou.

As plenárias deverão ocorrer em um auditório, localizado no Parque da Redenção, com capacidade para 4 mil pessoas. Já os grupos mistos acontecerão em dois prédios do Campus Centro da UFRGS, um deles da Faculdade de Educação - espaço de resistência dentro da universidade.

Segundo Magali, a creche da instituição será reativada para receber as crianças das e dos participantes e, ainda, estão previstas várias atividades artístico-culturais durante todo o 40º Congresso.

“Esperamos todas e todos pois temos certeza que vai ser um momento muito importante para a nossa luta, nesse ano que é muito difícil e de muitas disputas”, acrescentou a presidenta da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS.

## Segurança Sanitária

Para garantir segurança sanitária a todas e todos, uma série de medidas estão sendo adotadas pela organização, como exigência de comprovante de vacinação, testes negativos para Covid-19, entre outras. Além disso, os espaços serão adequados para permitir o distanciamento e ventilação necessários. O uso de máscaras de proteção também será uma exigência durante todo o evento.

“As medidas estão de acordo com as recomendações dadas pelas autoridades sanitárias e parâmetros das entidades de pesquisa sobre as projeções da COVID. Distanciamento, carteira de vacinação, álcool gel e máscaras PFF2/N95. É importante sinalizar que a comissão organizadora soltou uma nota sobre a realização do Congresso e condições sanitárias”, lembrou Regina Ávila, secretária-geral do ANDES-SN.

**Acesse aqui as circulares, materiais de divulgação e outras informações sobre o 40º Congresso do ANDES-SN.**



# SPF fazem jornada de lutas rumo à greve unificada



**S**ervidoras e servidores públicos federais (SPF) iniciaram 2022 com ampla mobilização em todo o país. Depois de se reunirem durante janeiro e protocolarem, em 18 daquele mês, a sua pauta unificada de reivindicações junto ao governo federal, estão realizando diversos atos para dialogar com a sociedade e o parlamento e também pressionar o Executivo federal a abrir negociações com as entidades representativas das categorias – o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e o Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

“Num momento de aprofundamento da precarização da vida da classe trabalhadora brasileira, defender os serviços públicos é nossa tarefa prioritária e isso, também, significa defender a recomposição salarial dos servidores e das servidoras. É fundamental mais este passo na construção da unidade de ação dos servidores públicos, agora ampliando nossa pauta comum para além da PEC 32, mas pela recomposição orçamentária isonômica para todas as categorias e pela

revogação da Emenda Constitucional 95 que congelou os gastos por 20 anos”, explica Francieli Rebelatto, 2ª secretária do ANDES-SN e da coordenação do Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes) do Sindicato Nacional.

Ainda no primeiro mês do ano, as e os SPF realizaram uma plenária unificada para tratar da agenda de mobilização. No dia 02 de fevereiro, data que marcou o início do ano legislativo, fizeram um ato simbólico em Brasília (DF), com uma marcha do Espaço do Servidor, na Esplanada dos Ministérios, até o Congresso Nacional.

Na sequência, ocorreram assembleias de base para discutir e deliberar acerca da proposta de Estado de Greve e possível deflagração do movimento paredista, em 9 de março, caso o governo continue a ignorar a demanda por negociação.

Entre 14 e 25 de fevereiro, ocorre em todo o país, a Jornada de Lutas com Estado de Greve do funcionalismo. No dia 18, servidoras e servidores federais de todo o país foram às ruas em protesto contra a falta de resposta do governo federal à pauta de reivindicações.

Em várias capitais foram realizados atos para marcar o “mêsversário” do início da Campanha Unificada dos SPF, denunciar os ataques aos direitos do funcionalismo e o desmonte dos serviços públicos essenciais à população brasileira.

Em Brasília (DF), aproximadamente 100 servidoras e servidores públicos estiveram, pela manhã, em frente ao Ministério da Economia, na Esplanada dos Ministérios, para pressionar o ministro da Economia Paulo Guedes e o governo federal a negociarem o reajuste salarial, ainda no primeiro trimestre de 2022. O ato contou com performance de uma trupe de palhaços, que deu o tom inicial da mobilização, com canções e palavras de ordem contra o governo Bolsonaro. Os e as participantes também cortaram um bolo, com o objetivo de marcar o “aniversário” de um mês de silêncio do governo frente às reivindicações apresentadas.

“Se o governo não mostrar disposição de diálogo com os servidores e as servidoras, estamos construindo a greve dos serviços públicos. As diversas categorias, por meio dos seus sindicatos, estão fazendo

este debate com as bases no sentido de construção de uma grande greve, a partir de março”, ressalta a diretora do ANDES-SN.

### Reivindicações

As servidoras e os servidores federais reivindicam o índice de 19,99%, referente à inflação acumulada durante os três anos de governo de Jair Bolsonaro, conforme o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA/IBGE). No entanto, trabalhadoras e trabalhadores do serviço público federal estão sem reajuste desde 2017 e amargam perdas salariais desde 2011, acumulando uma defasagem nos salários de, ao menos, 49,28%.

A pauta unificada dos SPF pede, ainda, a revogação da Emenda Constitucional 95 e a derrubada da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32.

Há o receio de que o governo Bolsonaro justifique a dificuldade em aplicar o reajuste salarial devido às limitações orçamentárias e ao ano eleitoral. Porém, Francieli ressalta que não há impedimentos técnicos, jurídicos e orçamentários para conceder a recomposição salarial, constitucional, ao funcionalismo. O grande entrave é a prioridade política.

A construção política da pauta unificada do Fonasefe e do Fonacate se deu a partir da interpretação do artigo 37, inciso 10 da Constituição Federal, o qual diz que os salários dos servidores públicos precisam ter revisão anual. Contudo, sucessivos governos ignoraram essa previsão constitucional.

“Possivelmente, este será o falacioso argumento do governo [a limitação legal e orçamentária, por ser ano eleitoral]. No entanto, bem sabemos que não há problema com orçamento, a partir do fundo público, o problema são as prioridades políticas deste governo que tem colocado os servidores e servidoras como seus inimigos e, neste sentido, destinado o investimento público para atender as demandas do mercado”, ressalta a 2ª secretária do ANDES-SN.

### Setor da Educação

A categoria docente do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico amarga ainda mais perdas do que as inflacionárias. Especialmente a partir de 2008, ocorreram diversas mudanças que desestruturaram a carreira docente, o que resultou também em perdas históricas na remuneração de professoras e professores federais. Um vídeo produzido pelo ANDES-SN, explica a diferença entre as perdas salariais decorrentes da inflação e as perdas



conceituais, fruto da desestruturação de carreira docente. Confira o QR Code no final da página.

“É muito importante que a categoria dos professores e professoras do ANDES-SN possam aderir a esta greve unificada dos SPF. O ANDES-SN tem um histórico de luta fundamental para contribuir com esse processo de organização e para o enraizamento da greve em todo Brasil, considerando que estamos nas universidades, nos institutos e nos Cefets e esse engajamento no movimento paredista dará ainda mais força a esta construção da unidade dos SPF”, conclama Francieli.

Para mobilizaras e os docentes e também os técnicos e técnicas-administrativos das universidades, institutos federais e cefets, ANDES-SN, Fasubra e Sinasefe dialogam com suas respectivas categorias, e entre entidades, sobre a possibilidade de uma greve conjunta do Setor da Educação. Para além da questão salarial, docentes e TAEs vêm sofrendo com intervenções do governo federal na escolha de gestores, ataques à autonomia universitária, perseguições internas e, ainda, consecutivos cortes orçamentários, o que impede um retorno seguro e em condições sanitárias apropriadas às atividades presenciais.

“Não nos faltam motivos para realizarmos greve no âmbito da educação. Os cortes orçamentários são brutais para a continuidade do ensino, pesquisa e extensão e, em especial,

neste momento para um possível retorno presencial com condições sanitárias e condições de trabalho e de aprendizado para toda comunidade universitária. No entanto, é a categoria quem vai deliberar pela construção de greve ou não, as seções sindicais do ANDES-SN também estão realizando este debate. E vamos realizar no dia 22 mais uma reunião dos setores das Ifes para entender como os docentes das IES estão se posicionando diante desta realidade”, conclui a diretora do Sindicato Nacional.

Até o encerramento dessa edição, a reunião dos Setor das Ifes ainda não tinha ocorrido. O resultado da mesma poderá ser conferido no site do ANDES-SN.

**Acesse aqui o link para o vídeo produzido pelo ANDES-SN**

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e seja direcionado/a para o site:



# Desemprego, informalidade e inflação **devem** agravar fome no país este ano



FOTO: VALMIR FERNANDES/COLETIVO MARMITAS DA TERRA

## Desemprego

Atualmente, o Brasil possui 12,4 milhões de pessoas desempregadas, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar da taxa de desemprego ter caído de 13,1% para 11,6% no trimestre de setembro a novembro de 2021, ainda é considerada alta comparada à média global, de 6,5%.

Já a população desalentada é estimada em 4,9 milhões de pessoas. São desalentadas aquelas pessoas que estão fora da força de trabalho por uma das seguintes razões: não conseguem trabalho, ou não tem experiência, ou são muito jovem ou idosas, ou não encontraram trabalho na sua localidade. Mesmo com o país apresentando sinais de melhora no mercado de trabalho em comparação a 2020 (14,4%) e aos primeiros trimestres de 2021, a qualidade do emprego e a renda tem se deteriorado com o aumento da informalidade.

Segundo Sadi Dal Rosso, docente aposentado do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), após um período de expansão do sistema capitalista, entre 2008 e 2015, a crise se instalou na economia e seus efeitos se manifestaram por todos os setores de atividade, começando pelo trabalho.

“São trabalhadoras e trabalhadores que produzem o valor das mercadorias que permitem a acumulação do Capital. Como a acumulação diminuiu, a mão de obra começou a ser dispensada de seus postos de trabalho. O crescimento do desemprego faz com que esse trabalhador dispensado busque refúgio nas informalidades. Essa transição que nada tem a ver com empreendedorismo é apenas a busca de uma ocupação para gerar renda e alcançar o próximo período de crescimento da acumulação, quando novamente a força de trabalho é convocada ao emprego para tornar possível, novamente, a acumulação do Capital”, explicou.

“**V**im do planeta fome!”. Foi com essa resposta que a cantora Elza Soares (1930-2022) respondeu Ary Barroso quando questionada sobre a sua origem em um programa de auditório, em 1953. Quase 70 anos depois, a frase continua atual. O Brasil voltou ao “Mapa da Fome”, feito pela Organização das Nações Unidas (ONU), do qual havia saído em 2014. Hoje, o país atinge números preocupantes referentes à insegurança alimentar, ao desemprego e à inflação, além do aumento na oferta de trabalhos precários e da queda no poder de compra, com um dos menores salários nos últimos dez anos.

As crises econômica, social e política que já vinham se arrastando nos últimos anos, somadas às medidas de restrições adotadas para evitar a propagação da Covid-19 e à falta de políticas governamentais efetivas resultaram em uma aceleração do empobrecimento da população brasileira. A distribuição de pedaços de ossos em açougues, com a formação de grandes filas, tem sido cada vez mais frequente. No final de 2020, 55,2% da população brasileira viviam com

insegurança alimentar, segundo pesquisa da Rede Penssan. Eram 116,8 milhões de brasileiras e brasileiros sem acesso pleno e permanente a alimentos. Destes, 19 milhões enfrentavam a fome diariamente.

Ao que tudo indica, o ano de 2022 não será diferente dos anteriores, com a política do governo de Jair Bolsonaro (PL) em priorizar o grande Capital em detrimento da população brasileira, que espera medidas efetivas para aquecer a economia do país e gerar emprego e renda. [Veja box]

## Mais precarização

Como se já não bastasse os efeitos da reforma Trabalhista, o desemprego em massa e a inflação, Jair Bolsonaro reeditou a Medida Provisória (MP) 1099/22, com o Programa Nacional de Serviço Civil Voluntário, que permite que prefeituras contratem trabalhadoras e trabalhadores de forma temporária, sem carteira assinada, sem direitos e com remuneração abaixo do salário mínimo, em troca de ofertas de cursos de formação ou de qualificação profissional para a trabalhadora e o trabalhador. Somadas as horas máximas de trabalho mais as horas do curso por mês, a trabalhadora e o trabalhador receberão o valor mensal equivalente a R\$551.

## Informalidade

O Brasil apresenta uma alta taxa de informalidade, representando 40,6% da população ocupada no terceiro trimestre de 2021. São 38,6 milhões de trabalhadoras e trabalhadores sem vínculo formal. O índice de informalidade havia registrado queda no início da pandemia, com imposição de restrições no comércio e prestação de serviços, para conter o avanço do coronavírus. Entretanto, o percentual voltou a subir com as flexibilizações e retomadas das atividades presenciais, chegando ao patamar pré-Covid-19.

O número de empregadas e empregados sem carteira assinada no setor privado cresceu 7,4%, o que representa 12,2 milhões de pessoas empregadas, porém sem os seus direitos garantidos. Já o número de pessoas com carteira de trabalho assinada no setor privado caiu 4,2%, frente ao mesmo período de 2020, totalizando 29,8 milhões de pessoas com carteira.

A nota técnica “Emprego e informalidade na América Latina e Caribe: Uma recuperação insuficiente e desigual”, divulgada em setembro passado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), revelou que cerca de 70% dos empregos gerados, na região, entre meados de 2020 até o primeiro trimestre de 2021 são ocupações em condições de informalidade.

## Rendimento médio

As consequências do desemprego e da informalidade aparecem na redução da renda dos indivíduos que trabalham. O rendimento médio da trabalhadora e do trabalhador no país é de R\$ 2.444,00 segundo a Pnad Contínua. A pesquisa divulgada em janeiro deste ano revelou a gravidade da corrosão do salário no Brasil. O rendimento caiu 11,4% em relação a igual trimestre de 2020. É o menor índice da série histórica, iniciada em 2012. Naquela época, as trabalhadoras e os trabalhadores empregados ganhavam, em média, R\$ 2.492,00 por mês.

“A diminuição da renda conduz ao aparecimento da fome. De maneira que a fome só será efetivamente combatida com o retorno de um processo de crescimento que crie mais empregos e possibilite à mão de obra o acesso a uma renda para que possa se alimentar e estar presente no dia, no mês e no ano seguinte, ao posto de trabalho, produzindo mais valor”, aponta Sadi.



FOTO: RICARDO WOLFFENBUTTE/SECON GOVERNO SANTA CATARINA

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o valor ideal de um salário mínimo para uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$ 5.997,14. Atualmente, o salário mínimo é de R\$ 1.212,00. Segundo a Constituição Federal, a remuneração mínima deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência.

## Inflação

A inflação em 2021 foi a pior no Brasil desde 2015. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principal métrica da inflação brasileira, encerrou 2021 com alta de 10,06% em 12 meses. Os grupos que mais impactaram no aumento recorde do IPCA foram transportes, com alta de 49,02% no preço dos combustíveis no ano; habitação, após alta de 21,21% na energia elétrica; além de alimentos e bebidas.

A cesta básica registrou aumento em 16 capitais em janeiro de 2022, segundo Dieese. São Paulo foi a capital onde a cesta apresentou o maior custo (R\$ 713,86), seguida por Florianópolis (R\$ 695,59) e Rio de Janeiro (R\$ 692,83). A jornada de trabalho mínima necessária para que uma trabalhadora ou um trabalhador consiga adquirir os produtos da cesta básica, em janeiro deste ano, foi calculada em 112 horas e 20 minutos.

Para Dal Rosso, não há como analisar o desemprego, a informalidade e a fome sem acrescentar as reformas Trabalhista e Sindical aprovadas nos últimos anos. “A reforma Trabalhista, efetuada pelos governos golpistas de Michel Temer [MDB] e de Jair Bolsonaro [PL], tem por objetivo conduzir o trabalho ao ponto em que ele possa produzir mais valor e atender ao objetivo de acumulação. As reformas tornam mais precárias as condições de trabalho. O trabalho remoto, a exemplo, não tem contadas as horas laborais. E como resultados de pesquisas mostram, a duração dos tempos de trabalho alongou-se para trabalhadores e trabalhadoras que operam em trabalho online. Com isso, as reformas não apenas precarizam o trabalho, como também o tornaram moldável para o processo de acumulação”, apontou.

Para o docente aposentado, as reformas contêm uma dimensão política antidemocrática ao não incorporarem nenhum representante das trabalhadoras e dos trabalhadores ao debate, apenas as e os representantes das empresas e do governo. “São reformas que apresentam déficits de legitimidade, enquanto excluíram consultar o mundo das trabalhadoras e dos trabalhadores. Nenhum representante de sindicatos foi incluído, como se aquelas e aqueles nada tivessem a dizer”, criticou.

# 2021 bateu recordes de **resgate de pessoas em situação de trabalho degradante**

*Esclavidão contemporânea é herança do passado que persiste alimentado pelo racismo e acumulação de renda do capital*



Foto: AFT

**M**ais de 130 anos após a assinatura da lei que extinguiu a escravidão formal no Brasil, o país registrou, no ano passado, 1.937 pessoas trabalhando privadas liberdade e de dignidade. Esse é maior número desde 2013, quando foram encontrados 2.808 trabalhadores e trabalhadoras nessas condições. Manter pessoas em situação de escravidão contemporânea é crime sujeito de punição, pelo Código Penal Brasileiro, desde a década de 1940.

Das pessoas resgatadas nessas condições, 90% eram homens, 47% nordestinos e 80% autodeclarados negros, 17% brancos e 3% indígenas. Do total, 6% eram analfabetos e 21% haviam cursado até o quinto ano do ensino fundamental incompleto.

Os dados apontados acima são do Ministério do Trabalho e Previdência, apurados em 443 operações ocorridas em todas as 27 unidades da federação, após recebimento de denúncias. Apenas em quatro estados - Acre, Amapá, Paraíba e Rondônia - não foram encontradas pessoas em situação de escravidão contemporânea. De 1995, quando o Brasil

reconheceu diante das Nações Unidas a persistência do trabalho escravo em seu território, para cá, foram resgatadas mais de 57 mil pessoas.

O campeão desse ranking macabro foi o estado de Minas Gerais, onde aconteceu o maior número de operações de combate ao trabalho escravo - 99 em 2021 - e o maior número de trabalhadores resgatados: 768. Em Goiás, foram libertadas 27 pessoas em 304 operações, em São Paulo 22 pessoas em 147, no Pará 18 em 110 e, no Mato Grosso do Sul, 15 pessoas em 81 operações.

Para a 2ª vice-presidenta do ANDES-SN, Zuleide Queiroz, é inaceitável que o processo escravagista, fundador do Brasil e agente persistente na história do país, tenha sobrevivido até a atualidade passando pelas diversas mudanças de modelos de gestão e administração ao longo do tempo. Mesmo com a superação do Império e instauração da República, esse processo continua presente no modelo de construção do país, no qual, segundo a professora, foram escravizados os povos originários que aqui moravam e trazidos 4,8 milhões de africanos e africanas, transportados e vendidos como

escravos durante três séculos, soma-se ainda ao menos 670 mil, de que se tem registro, que morreram pelo caminho.

“Nossas terras e nossos mares são marcados pela escravidão”, pontua Zuleide. “Esse volume de pessoas libertas em nossos dias, que atuavam em uma situação análoga à escravidão, é maior do que a população de muitas cidades do país. Imagine todo um município formado por povos escravizados!”, ressalta Zuleide.

De acordo com dados do Ministério Público do Trabalho e Previdência, essas pessoas, excluídas dos direitos à saúde, educação e sem liberdade são comumente trabalhadoras e trabalhadores domésticos, do campo, construção civil, confecções, plantações de cana-de-açúcar e café, carvoarias e outros processos, em que grandes latifúndios ou empresários oferecem trabalho em troca de moradia e alimentação, muitas vezes precárias e em péssimas condições de higiene. Além disso, muitas vezes vinculam as pessoas a dívidas impossíveis de serem quitadas. “Dessa forma, encontramos uma grande acumulação do capital nesses locais onde a escravidão se apresenta. Inclusive na



Foto: Grupo Especial de Fiscalização Móvel/Divulgação

casa dessas pessoas. Não é à toa que no Brasil, nesse período de pandemia, houve aumento de denúncias de trabalho escravo nas residências”, destaca Zuleide.

Do total de resgatados em 2021, 89% eram trabalhadores rurais: 310 no cultivo de café, 215 no de alho, 173 na produção de carvão vegetal, 151 na preparação de terreno, 142 na cana-de-açúcar e 106 na criação de bovinos para corte. O serviço doméstico envolveu 27 vítimas – em 2020, haviam sido apenas três.

A diretora do Sindicato Nacional ressalta que há um recorte étnico-racial muito forte. “Os corpos escravizados são de mulheres negras, de homens nordestinos que foram buscar trabalho no sul ou sudeste do país e, quando não morreram no caminho, foram escravizados por dívidas no destino”, aponta.

Com o aumento do desemprego, parte da população migra forçadamente para o tipo de trabalho que consegue encontrar. “Quase metade da população está atualmente desempregada. O que resta às pessoas é aceitar o que aparece. Por isso, o acompanhamento e o monitoramento são essenciais, e cabe às entidades locais, estaduais e federais a atuação para que a escravidão contemporânea não seja mais realidade”, conclui Zuleide.

### Fiscalização

Auditores fiscais do trabalho têm sofrido a mesma espécie de ataques que afligem os demais servidores públicos responsáveis por ações de fiscalização. Funcionários do Ibama, do Incra, do ICMBio, da Receita

Federal, entre outros, têm tido seu trabalho intensamente dificultado no decorrer do atual governo, inclusive demandando proteção policial para poder exercer suas obrigações. O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) denuncia que a categoria enfrenta péssimas condições de trabalho, além de serem alvo de deboches, ameaças e, até mesmo, enfrentamento por parte dos investigados.

As operações são realizadas por grupos especiais, coordenados por auditores fiscais do trabalho em parceria com o Ministério Público do Trabalho, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União, ou por equipes ligadas às Superintendências Regionais do Trabalho nos estados, que também contam com o apoio das Polícias Civil, Militar e Ambiental.

As fiscalizações prosseguiram durante a pandemia, pois foram incluídas no decreto 10.282, de 20 de março de 2020, que definiu as atividades públicas essenciais na pandemia. Destaca-se que, entre as pessoas resgatadas de trabalho escravo contemporâneo, muitas se encontravam doentes com covid-19.

### Risco à vida e à infância

A saúde de trabalhadoras e trabalhadores escravizados, claramente, não consta entre as preocupações dos que exploram suas forças de trabalho. A título de ilustração, no Piauí, em novembro de 2021, foram resgatadas três adolescentes com idade de 13, 15 e 17 anos em uma casa de farinha em Marcolândia. Elas exerciam uma

atividade relacionada na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil: descascar a mandioca para que seja processada. A intensa dispersão de poeira oriunda do processamento da mandioca pode ocasionar graves problemas respiratórios. Trabalhando de forma ininterrupta por cinco meses, elas não contavam com banheiro, utilizavam os próprios instrumentos de trabalho e não recebiam equipamentos de proteção individual.

Muitos dos escravizados e escravizadas são jovens. Do total de vítimas, 31 tinham menos de 16 anos e 33 entre 16 e 18. A produção de café foi a que mais utilizou mão-de-obra escravizada menor de idade, seguida do cultivo de fumo, soja, cana e laranja, fabricação de farinha de mandioca e cultivo e extração de florestas nativas.

O detentor do recorde de maior resgate de trabalhadores em uma única unidade produtiva foi na produção de palha de milho para a fabricação de cigarros artesanais, em que atuavam 116 pessoas, no Distrito Federal.

O Código Penal Brasileiro, no seu artigo 149, define quatro elementos que configuram a escravidão contemporânea: trabalho forçado (que envolve cerceamento do direito de ir e vir), servidão por dívida (um cativo atrelado a dívidas, muitas vezes fraudulentas), condições degradantes (trabalho que nega a dignidade humana, colocando em risco a saúde e a vida) ou jornada exaustiva (levar ao trabalhador ao completo esgotamento pela intensidade da exploração, colocando em risco sua saúde e vida).

# Corte de quase R\$ 1 bilhão no INSS pode atrasar pagamentos e afetar atendimentos

*Expectativa é que fila virtual, que já soma mais de 1,8 milhão de pessoas, cresça ainda mais*



FOTO: MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

na estrutura das agências. Para a Fenasps, seriam necessárias ao menos 23 mil novas contratações para atender totalmente a população.

## Corte

No dia 24 de janeiro, Dia Nacional de Luta das Aposentadas e dos Aposentados, o presidente Jair Bolsonaro (PL) cortou R\$ 1 bilhão do Ministério do Trabalho e da Previdência. Deste total, R\$ 988 milhões do INSS e dos programas da administração nacional (R\$ 709,84 milhões), de serviços de processamento de dados (R\$180,65 mi) e gestão da melhoria contínua (R\$ 94,14 mi), entre outros. Bolsonaro fez outros cortes no Orçamento de 2022, que ultrapassaram R\$ 3,1 bilhões.

## Protestos

Nos dias 8 e 9 de fevereiro, as médicas e os médicos peritos do INSS realizaram uma paralisação nacional por reajuste salarial e por abertura de concurso público. A estimativa da Associação Nacional dos Peritos Médicos Federais (ANMP) é que a mobilização contou com a adesão de 80% da categoria, que denunciou arrocho salarial, condições precárias para atendimento da população e o sucateamento do órgão.

## Previdência

No dia do anúncio do corte, a Previdência Social no Brasil completava 99 anos. A Lei Eloy Chaves, publicada em 24 de janeiro de 1923, deu estabilidade aos empregados de empresas ferroviárias com dez ou mais anos de serviço, por meio da criação da Caixa de Aposentadorias e Pensões. Foi sobre esse alicerce que o sistema previdenciário cresceu até chegar ao modelo atual, que paga mensalmente aposentadorias, pensões e outros benefícios a mais de 35 milhões de brasileiras e brasileiros. Mais de 21 milhões são aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

*Com informações da Fenasps, CSP-Conlutas e Senado.*

**A** redução drástica de R\$ 988 milhões no orçamento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para este ano vai afetar a manutenção das atividades administrativas e o funcionamento de agências da Previdência Social. O corte incidirá em verbas fundamentais como gastos com manutenção (luz, água e internet, por exemplo) e de serviços de limpeza e segurança, que são terceirizados.

O órgão público, vinculado ao Ministério do Trabalho e da Previdência, é responsável pelo pagamento da aposentadoria e outros benefícios, como auxílio-doença e pensão por morte, de milhões de brasileiras e brasileiros e demais segurados – como microempreendedores individuais e contribuintes individuais.

Atualmente, a autarquia tem uma fila virtual de mais de 1,8 milhão de pessoas, que apresentaram requerimentos solicitando aposentadoria ou outro

benefício, conforme informações divulgadas pela Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps). Os prazos de espera para concessão de benefícios ultrapassam 12 meses.

De acordo com a Fenasps, com o corte de recursos a tendência é aumentar o tempo das filas e a morosidade nas análises, além de restringir ainda mais os atendimentos presenciais, com grande possibilidade de fechamento de agências. Há anos a Federação denuncia a “situação caótica pela qual o INSS vem passando”.

Desde 2016, os problemas estruturais do órgão têm se intensificado, com insuficiência de pessoal, sucateamento das agências, restrição do atendimento à população e precarização do trabalho das servidoras e dos servidores públicos da carreira do Seguro Social. Há mais de cinco anos, o governo não realiza concurso público e faltam investimentos

# Custos da violência: muito mais que vidas perdidas

**P**esquisas realizadas nos últimos dois anos trazem dados alarmantes sobre o aumento na posse e porte de arma, violência contra pessoas pretas e gastos milionários com tratamento no Sistema Único de Saúde. Os dados constam no “Anuário Brasileiro de Segurança Pública”, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), e no relatório “Custo da Violência Armada”, do instituto Sou da Paz.

Os estudos apontam que, por ano, cerca de 40 mil brasileiras e brasileiros são vítimas de violência causada por arma de fogo, instrumento utilizado em mais de 78% dos casos de homicídio em todo o país. Confira no infográfico.



## O alto índice de violência e mortes por armas de fogo é acompanhado pelo aumento na circulação de armas em território nacional:



# Moïse, presente!

*Atos por justiça, contra a xenofobia e o racismo ocorreram em todo o Brasil*



ARTE: ANGELO LINDNER

**E**m homenagem ao jovem Moïse Kabagambe, que foi assassinado brutalmente após cobrar o salário atrasado em um quiosque na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, centenas de pessoas ocuparam as ruas de diversas cidades brasileiras para protestar contra a extrema violência que o congolês sofreu, e que tantas outras pessoas pretas sofrem todos os dias.

Os atos ocorreram durante todo o dia de 5 de fevereiro, em pelo menos 13 cidades, principalmente no Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Brasília (DF), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG), Belém (PA), São Luís (MA), além de marchas internacionais, em Nova Iorque (EUA) e Londres (ENG).

Representantes do ANDES-SN participaram dos protestos em várias capitais, prestando solidariedade e reafirmando o posicionamento do Sindicato Nacional, que é contra o racismo e o genocídio do povo negro.

## Entenda o caso

No final do mês de janeiro, o congolês Moïse Kabagambe foi morto brutalmente por um grupo de homens, após cobrar o valor de duas diárias de serviços prestados no quiosque

Tropicália, localizado na praia da Tijuca, no Rio de Janeiro.

Refugiado político no Brasil desde 2011, o jovem de 24 anos trabalhava há alguns anos nos restaurantes, quiosques e lanchonetes da praia, como garçom e ajudante de cozinha. Segundo familiares, no dia do crime, Moïse foi até o quiosque, na Barra da Tijuca, cobrar o valor aproximado de R\$200,00.

Após uma discussão com outros funcionários, o congolês foi rendido por três homens que o amarraram e desferiram socos, chutes e, pelo menos, 39 pauladas com um taco de madeira. Os suspeitos pelo assassinato são Fábio Pirineus da Silva, Aleson Cristiano de Oliveira Fonseca e Brendon Alexander Luz da Silva, que já estão presos. Em depoimento, Brendon negou que o crime tivesse motivação racial e intenção de matar.

Moïse Kabagambe foi enterrado em 30 de janeiro.

## Investigações

A Coalizão Negra por Direitos, em conjunto com outros movimentos de defesa dos direitos humanos, encaminhou, no início de fevereiro, uma

denúncia ao Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial da Organização das Nações Unidas (ONU), solicitando medidas pela morte do jovem. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados produzirá um relatório sobre a diligência e enviará representantes para acompanhar as investigações no Rio de Janeiro.

## Mais ataques

Na sexta-feira, 11 de fevereiro, o presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, publicou em sua rede social uma mensagem de ataque ao congolês assassinado. Para Camargo, a morte de Moïse não deveria ser tratada como crime xenofóbico ou de racismo. Em outra publicação, no mesmo dia, o presidente da Fundação voltou a citar o congolês nas redes, afirmando que Moïse andava e negociava com pessoas que não deveria e chegou a chamá-lo de vagabundo.

A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio de Janeiro entrou em contato com a família do jovem e representantes da entidade estão estudando os processos que poderão ser abertos nesse caso.